

O REGIME MILITAR NA (DES)MEMÓRIA DA EDITORA ABRIL: A REVISTA ESCOLA E A DIFUSÃO DA LEI 5.692/71

Daniel Revah

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Maria Rita de Almeida Toledo

Universidade Federal de São Paulo, Brasil



Resumo

Este artigo apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa em curso sobre a revista *ESCOLA*, da editora Abril. A revista tem uma vida curta: 27 números, entre outubro de 1971 e abril de 1974. Lançada com o n. 0, a edição n. 1 é publicada alguns meses depois, em março de 1972, quando passa a ser editada mensalmente até o seu último número (n. 26). Nesse período, várias edições apresentam encartes para a composição de dois livros: *O livro da reforma* (nas edições de outubro de 1971 a junho de 1972) e *Recursos auxiliares do ensino* (entre novembro de 1973 e abril de 1974). No primeiro número a revista é apresentada como instrumento a serviço da reforma de ensino (instituída pela lei n. 5.692/71); como “instrumento de diálogo e cooperação com o professor de 1º grau”; como “primeira revista pedagógica” a ser feita “com os recursos do jornalismo”, “com a forma jornalística a serviço do conteúdo pedagógico”. Neste trabalho, esse periódico é entendido como modalidade específica de impresso que carrega em sua materialidade dupla estratégia de intervenção cultural: a intervenção editorial, que se apropria dos saberes pedagógicos por meio da forma jornalística para a ampliação do mercado dos produtos da editora Abril; como intervenção no campo educacional, divulgando, organizando e prescrevendo as práticas entendidas como necessárias à implementação da reforma. Com essa perspectiva, analisam-se os principais dispositivos materiais que organizam a revista, enfatizando-se aqueles que permanecem ao longo de sua existência e estruturam a fórmula editorial adotada. *ESCOLA* também é pensada na sua relação com a memória que a editora Abril constrói sobre a sua trajetória nesse período.

Palavras-chave: impresso educacional, dispositivos materiais, construção da memória, década de 1970.

**THE MILITARY REGIME IN THE PUBLISHER ABRIL (NO)MEMORY:
THE ESCOLA MAGAZINE AND THE DIFFUSION OF THE
EDUCATIONAL LAW N. 5.692/71**

Abstract

This article shows the first results of a research that is in progress about the magazine *ESCOLA* from publisher Abril. It's a short-lived magazine: 27 copies from October, 1971 to April, 1974. The first edition was number 0, and number 1 was published some months later, in March, 1972, and then, it was published monthly up to its last copy (n. 26). At this time, many editions showed prospectus that would be used for the construction of two books: the *Book of reformation* (October, 1971 to June, 1972) and *Helpful resources for teaching* (between November, 1973 and April, 1974). In the first copy the magazine is shown as dialogue and co-operative instrument with elementary teacher as the first pedagogical magazine that was created with the resources of journalism, with journalistic form at the service of pedagogical contents. In this production, this publication is known as a specific kind of press that has two strategies of cultural interference: editorial interference that assumes pedagogical knowledge by means of the journalistic pattern, to increase the market of publisher Abril products; as interference in the educational field, by publishing, organizing, and prescribing the necessary actions for the accomplishment of reformation. In this perspective, one can analyze the main resources the magazine used, emphasizing the ones that remain during its existence and planned the editorial form that was used. *ESCOLA* is also related to the history that publisher Abril has constructed on its trajectory in this period.

Key-words: educational press; main resources; construction of memory; decade 1970.

**EL RÉGIMEN MILITAR EN LA (DES)MEMORIA DE LA EDITORA ABRIL:
LA REVISTA ESCOLA Y LA DIFUSIÓN DE LA LEI N. 5692/71**

Resumen

Este artículo expone los primeros resultados de una investigación en curso sobre la revista *ESCOLA*, de la editora Abril. La revista tiene una vida corta: 27 números, entre octubre de 1971 y abril de 1974. Lanzada con el n. 0, la edición n. 1 es publicada algunos meses después, en marzo de 1972, y a partir de ese momento las ediciones continúan mensualmente hasta el último número (n. 26). En ese período, varias ediciones presentan encartes para la composición de dos libros: *O livro da reforma* (en las ediciones de octubre de 1971 a junio de 1972) y *Recursos auxiliares do ensino* (entre noviembre de 1973 y abril de 1974). En el primer número la revista es presentada como instrumento al servicio de la reforma de la enseñanza (instituida por la ley n. 5.692/71); como "instrumento de diálogo y cooperación con el profesor de la escuela primaria"; como "primera revista pedagógica" que será producida "con los recursos del periodismo", "con la forma periodística al servicio del contenido pedagógico". En este trabajo, ese periódico es concebido como modalidad específica de impreso que porta en su materialidad doble estrategia de intervención cultural: la intervención editorial, que se apropia de los saberes pedagógicos por medio de la forma periodística para la ampliación del mercado de los productos de editora Abril; como intervención en el campo educacional, divulgando, organizando y prescribiendo las prácticas entendidas como necesarias a la implementación de la reforma.

Con esa perspectiva se analizan los principales dispositivos materiales que organizan la revista, enfatizando los que permanecen a lo largo de su existencia y estructuran la fórmula editorial adoptada. *ESCOLA* también es pensada en su relación con la memoria que la editora Abril construye sobre su trayectoria en ese periodo.

Palabras-clave: impreso educacional, dispositivos materiales, construcción de la memoria, década de 1970.

REGIME MILITAIRE DANS LA (MANQUE DE) MEMOIRE DE L'EDITEUR ABRIL: LA REVUE ESCOLA ET LA DIFFUSION DE LA LOI N. 5.692/71

Résumé

Cet article présente les premiers résultats d'une recherche en cours sur la revue *ESCOLA* chez l'éditeur Abril. Le magazine a une durée de vie courte: 27 numéros, entre octobre 1971 et avril 1974. Lancé avec le n. 0, fascicule n. 1 est publié quelques mois plus tard, en Mars 1972 quand il a commencé à être publiés tous les mois jusqu'à son dernier numéro (n. 26). Pendant cette période, diverses questions ont été insérées pour la composition de deux livres: *Le livre de la réforme* (dans les éditions de 1971 to octobre juin 1972) et *Auxiliaires d'enseignement ressources* (entre novembre 1973 et avril 1974). Dans le premier numéro du magazine est présenté: comme un instrument au service de la réforme de l'éducation (établi par le loi 5.692/71), comme un instrument de dialogue et de coopération avec les enseignants du premier degré comme le « première magazine d'éducation » à utiliser "les ressources du journalisme, "la façon dont le service de innovation dans le contenu éducatif". Dans ce travail, cette revue est comprise comme une forme de modalité spécifique qui porte dans sa matérialité double stratégie éditoriale d'intervention culturelle: l'intervention éditoriale qui s'approprie de savoirs pédagogiques à travers la mode journalistique, pour élargir le marché pour les produits de l'éditeur Abril; comme une intervention dans l'éducation, de promouvoir, organiser et prescrire les pratiques perçues comme nécessaires pour la mise en œuvre de la réforme. Dans cette perspective, nous analysons les dispositifs matériels qui organisent la principale revue, en insistant sur ceux qui restent au long de son existence et la structure de la formule éditoriale adoptée. *ESCOLA* est aussi pensée en relation à la mémoire que l'éditeur Abril s'appuie sur sa trajectoire dans cette période. Mots-clé: imprimé dispositifs matériel éducatif, la construction de la mémoire, les années 1970.

Este artigo apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa em curso sobre a revista *ESCOLA*, da editora Abril. A revista tem uma vida curta: 27 números, entre outubro de 1971 e abril de 1974. Lançada com o n. 0, a edição n. 1 é publicada alguns meses depois, em março de 1972, quando passa a ser editada mensalmente até o seu último número (n. 26). Nesse período, várias edições contêm encartes para a composição de dois livros: *O livro da reforma* (nas edições de outubro de 1971 a junho

de 1972) e *Recursos auxiliares do ensino* (entre novembro de 1973 e abril de 1974). No primeiro número a revista é apresentada como instrumento a serviço da reforma de ensino (instituída pela lei n. 5.692/71); como “instrumento de diálogo e cooperação com o professor de 1º grau”; como primeira “revista pedagógica” a ser feita “com os recursos do jornalismo”, “com a forma jornalística a serviço do conteúdo pedagógico”. Neste trabalho, esse periódico é entendido como modalidade específica de impresso que carrega em sua materialidade dupla estratégia de intervenção cultural¹: a intervenção editorial que se apropria dos saberes pedagógicos, por meio da forma jornalística, para a ampliação do mercado dos produtos da editora Abril; como intervenção no campo educacional, divulgando, organizando e prescrevendo as práticas entendidas como necessárias à implementação da reforma. Com essa perspectiva, analisam-se os principais dispositivos materiais² que organizam a revista, enfatizando-se aqueles que permanecem ao longo de sua existência e estruturam a fórmula editorial adotada³. A revista *ESCOLA* também é pensada na sua relação com a memória que a editora Abril constrói sobre a sua trajetória nesse período, ao elidir esse periódico e, junto com ele, determinados vínculos com o regime militar. Esse, aliás, é o nosso primeiro item.

Um ponto de apagamento

A revista *ESCOLA* surge no Brasil no período em que a ditadura militar evidenciava a sua pior face, nos chamados “anos de chumbo”. Esse período é recordado no histórico que o Grupo Abril faz da sua própria trajetória e da de seu fundador, o empresário Victor Civita, quando da comemoração dos 100 anos do seu nascimento e 50 anos da

¹ Adotam-se, para a análise do impresso, as perspectivas de Chartier (1990), Certeau (1990) e Carvalho (2003).

² Sobre uma descrição dos procedimentos da análise material de impressos, consultar também Carvalho e Toledo (2007). Para o conceito de dispositivo, consultar Certeau (1990).

³ Os deslocamentos e mudanças operados na fórmula editorial para atender o mercado e difundir a reforma também são passíveis de análise. Porém, neste artigo optamos pelo destaque do que é estável na mesma.

fundação da editora Abril. No texto biográfico de Civita, presente no sítio da fundação homônima, afirma-se:

O Brasil entrava nos anos de chumbo. O golpe militar, que derrubara o governo do presidente João Goulart, em 1964, desembocava numa ditadura cada vez mais repressiva. Indo contra a corrente da censura e da restrição às liberdades, a Abril de Victor Civita põe nas bancas um novo tipo de jornalismo.⁴

O texto refere-se à revista *Realidade*, que nasce em 1966, e à revista *Veja*, publicada a partir de 1968. Ambas são lembradas como periódicos que “enfrentaram e sobreviveram ao jugo da censura militar, que proibia uma série de assuntos e reportagens”. Nesse histórico, no subtítulo “O sonho da educação”, com a imagem de Civita lendo a revista *Nova Escola* e tendo como fundo uma biblioteca, são apresentadas as primeiras iniciativas do Grupo Abril na área de educação. Para sublinhar a importância da editora Abril nessa área, o relato compara Victor Civita com Monteiro Lobato ao lembrar esta frase de Civita: “um país se faz com educação e leitores” - uma alusão ao conhecido slogan “um país se faz com homens e livros”, consagrado pelo próprio escritor e pelos seus estudiosos. Por meio desse vínculo, Civita não é associado apenas à figura de um prestigiado escritor brasileiro, mas ao editor que “conseguiu revolucionar todos os aspectos” da indústria editorial, como afirma Laurence Hallewell (2005, p. 326).

Destaca-se também a “missão” estabelecida pelo “empreendedor e visionário incansável”: “contribuir para melhorar a educação no Brasil”. E para descrever as primeiras iniciativas na área de educação, afirma-se:

Na década de 60, ele já havia se empenhado nesta missão, produzindo cartilhas para alfabetização de adultos e investindo em livros didáticos [...]. Mas os governos militares, que eram os principais compradores de materiais didáticos, puniram a Abril por sua independência editorial, e o negócio não pode ir adiante.⁵

⁴ Cf. em: <http://www.centenariovictorcivita.com.br>. Acesso em: 20 mai. 2008.

⁵ Ibidem.

Na “edição especial comemorativa dos 50 anos da editora Abril”, no mesmo sítio da Fundação Victor Civita, lembra-se que Civita “compreendeu que a educação era, ao mesmo tempo, oportunidade e compromisso” em face de um “país com a melancólica taxa de 50% de analfabetos em 1950”.⁶ No mesmo relato também é rememorada a atuação educacional da empresa e é exaltado o seu próprio papel, ao vincular a atuação da editora Abril à alfabetização de mais de 3 milhões de adultos num país em que a maioria era analfabeta:

A maioria das experiências da Abril nesse território, antes da Fundação Victor Civita, foi desenvolvida a partir de 1969, na Divisão de Educação. Boa parte do material didático⁷ usado pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização, o Mobral, que chegou a alfabetizar 3,2 milhões de alunos em dois anos, foi produzido na editora.⁸

O texto prossegue lembrando a figura de Paulo Freire: “Ironicamente, o material do mais bem-sucedido projeto educacional dos governos militares utilizava as idéias do educador Paulo Freire, que estava exilado.”⁹

No mesmo trecho, realiza-se uma dupla operação discursiva, ao se aproximar simultaneamente da atuação da ditadura militar e das idéias de Paulo Freire. Da sua ligação com a ditadura, distingue o seu papel na diminuição do analfabetismo. Do seu vínculo com as idéias de Paulo Freire e ao lembrar do seu exílio, coloca-se do lado dos que foram perseguidos pela ditadura e desta se distancia, repondo o distanciamento criado no texto biográfico sobre Victor Civita em relação à atuação da ditadura, aí demarcada com o significante “anos de chumbo”. Assim,

⁶ Nessa afirmação ecoa novamente o universo de Monteiro Lobato, que associou a sua ação editorial à modernização cultural do país, vez por outra fazendo menção ao analfabetismo.

⁷ Segundo o mesmo relato, a Divisão de Educação “criou um modelo de escola portátil; uma maleta com manuais, livros, cadernos, lápis e cartazes, para ser usada por vinte alunos e um professor.”

⁸ Cf. em: <http://www.abril.com.br/institucional/50anos/educacao.html>. Acesso em: 20 mai. 2008.

⁹ Ibidem.

nesse jogo de aproximações e distanciamentos, o relato cria um lugar para a editora e para o “empreendedor” e “pioneiro” Victor Civita que corresponde aos contornos delineados em outros trechos.

Por exemplo, quando se afirma que a editora Abril teve “uma contribuição importante para a educação, a qualidade de vida e o fortalecimento da democracia no Brasil”. Esses contornos concernem também à “revolução cultural” da década de 1960. A revista *Claudia*, por exemplo, é inserida nesse registro: “Feita para a mulher dos novos tempos, que já não se contentava em ser, apenas, a rainha do lar, era uma mudança radical [...]. *Cláudia* enveredava por temas ainda tabus, como sexo e contracepção”. Desse modo, o lugar na memória criado para a editora Abril e o “fazedor visionário” Victor Civita, que “tinha uma sensibilidade inigualável para detectar o que os leitores queriam e antecipar suas necessidades”, é o da democracia, da “revolução cultural” e da “revolução social, com mudanças na política e nos costumes”.

Um “outro projeto da Divisão de Educação” implementado na década de 1970 e mencionado no mesmo relato é o Programa Alfa¹⁰. Dele destaca-se a sua relação com o problema da repetência:

Na década de 70, as pesquisas mostravam que quase metade das crianças da primeira série era repetente. A Abril lançou um kit pensado para ensinar crianças a raciocinar. O Alfa respeitava as diferenças regionais de linguagem, a partir dos resultados de uma pesquisa sobre as carências culturais das crianças brasileiras. “A criança aprendia a aprender, que é diferente de decorar. Percebia que aquilo serviria para a vida prática. Ela estava sendo preparada para ser um cidadão”, lembra José Alcione Pereira, um dos criadores da Divisão de Educação e, mais tarde, da Fundação Victor Civita.

¹⁰ O Programa Alfa, desenvolvido por Ana Maria Poppovic, em convênio da Fundação Carlos Chagas e do governo, tinha por objetivo pesquisar as razões pelas quais se davam os altos índices de repetência das crianças das classes populares na primeira série. Com os resultados da pesquisa, pretendia-se a produção de material didático eficaz para o combate da repetência e da defasagem entre idade e série das crianças do recém organizado primeiro grau. Essa política de recuperação das defasagens de ensino ficou conhecida como “educação compensatória” e foi estabelecida como uma das metas dos governos militares. A editora Abril envolveu-se no programa logo nos primeiros anos de sua execução, financiando inclusive a pesquisa de Poppovic com o fito de ter o direito de produzir o material que serviria de base para a execução da política em todo o Brasil. Para maiores detalhes, ver Bernardes (1999).

Na memória que a editora Abril produz sobre a sua própria trajetória durante o regime militar sequer é mencionada a revista *ESCOLA*, que foi o primeiro periódico educacional da editora, antecedendo à bem sucedida revista *Nova Escola*, lançada em 1986. A que se deve esse apagamento? Como dimensionar essa omissão num relato que pode ser encontrado num sítio cujo endereço - <http://revistaescola.abril.com.br/fvc/> - traz justamente o nome da revista, precedendo o nome da própria editora e da Fundação? Um fato do discurso no mínimo curioso. Ainda mais quando observamos que é por meio desse significante apagado que temos acesso à memória produzida pela editora Abril e, ao mesmo tempo, ao que nessa reconstrução histórica foi suprimido e que à maneira do que é recalcado retorna, muito embora não seja assim reconhecido.¹¹ Esse retorno evidencia-se tanto no nome da *Nova Escola* quanto no endereço oficial da Fundação Victor Civita, pois em ambos os casos aquele significante encontra-se implicado e é essencial. Esse ponto de apagamento é o que possibilita o acesso a uma outra história da editora Abril e das suas relações com o regime militar.

Um periódico modelar para o professor?

A revista *ESCOLA* já foi objeto de análise exploratória no final da década de 1970 por uma equipe sob a direção de Lia Rosenberg¹². A pesquisa tinha por objetivo

investigar um aspecto ligado à prática educacional: a literatura de divulgação sobre educação escolar no Brasil. Pretende analisar a utilidade desse veículo de atualização do professor, no sentido de auxiliá-lo na sua

¹¹ Entende-se aqui que o recalque corresponde à interrupção das séries significantes que possibilitariam esse reconhecimento e a emergência de outros sentidos relacionados com a trajetória da editora Abril. Sobre o conceito de significante e a perspectiva analítica da memória aí implicada, veja-se Revah (2004).

¹² A equipe era formada pelos estudantes do curso de Metodologia da Pesquisa Científica da Fundação Carlos Chagas. À época, Rosenberg pertencia ao Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas. Fez parte da equipe que elaborou e atuou no Programa Alfa dirigido por Ana Maria Poppovic e cujos materiais didáticos foram produzidos e distribuídos pela editora Abril, como é lembrado na reconstrução história da editora. Ver Bernardes (1999).

prática diária concreta, partindo da idéia de que essas revistas deveriam estar vinculadas diretamente à práxis educacional, informando/formando o professor a respeito de toda a problemática em que está envolvido, facilitando sua tarefa e colaborando para a melhor qualidade de ensino. (Rosenberg et al, 1979, p. 57)

Para realizar essa pesquisa, a equipe fez uma primeira seleção de periódicos educacionais a fim de “identificar as publicações que mais se aproximassem de um modelo adequado ao professor”.¹³ Conforme dizem os autores, “optou-se por um estudo de caso, a revista *Escola*, da editora Abril que [...] mostrava-se significativa dentro do panorama da literatura pedagógica no Brasil” e, entre as revistas analisadas, era a única publicação cujas características aproximavam-se do modelo visado” (ibidem, p. 58-9).

Nas conclusões, os autores destacam que a revista *ESCOLA* é uma “publicação que não incorre nas falhas e deformações apontadas” por Nagle, “aproximando-se por isso de um modelo de periódico destinado ao professor” (idem, p. 62). Os autores a comparam ainda às outras publicações, destacando seu caráter “prático e instrumental”, pois não se restringiria como as outras ao “plano teórico, abstrato, geral, esquecendo-se do professor em sala de aula” (ibidem). Essa mesma característica, entretanto, é apontada como uma falha, pois tolheria “a dimensão crítica do professor, ao deixar de fora da discussão os pressupostos teóricos que levam às práticas técnico-pedagógicas apresentadas” em suas páginas (ibidem). Para os autores, “a revista *Escola* estava bem próxima de um modelo adequado a seu público-alvo, relevando-se algumas falhas de uma proposta teórica” (idem, p. 63).

¹³ Os critérios utilizados para identificar esse periódico modelar foram: “1) integra os temas educacionais, tanto de natureza geral como os particulares, à atividade docente; 2) aborda de maneira integrada as questões de natureza técnico-pedagógica; 3) fornece esquemas operacionalizados de planejamento”. Esses critérios foram extraídos da análise realizada por Jorge Nagle sobre a literatura pedagógica no Brasil e encontram-se na apresentação da Coleção *Ensino* (1979). Preliminarmente foram analisados quatro periódicos educacionais dirigidos ao professor: *Educação Hoje* (Brasiliense), *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (MEC/Inep), *Didata* (Arlette d’Antola), *ESCOLA* (Abril). (Rosenberg e outros, 1979, p. 58-9).

Nesse artigo, quase contemporâneo à revista, essa avaliação bastante positiva realizada por uma instituição de pesquisa com prestígio crescente no campo educacional contrasta com o apagamento observado na memória produzida pela editora Abril sobre a sua própria trajetória. Enquanto nessa memória a editora procura associar a sua imagem à resistência à ditadura e destacar o seu compromisso com a liberdade de expressão e a educação brasileira, na medida em que teria participado de dois grandes projetos educacionais do período que tinham como prioridade os adultos analfabetos e as crianças repetentes, tudo o que poderia evidenciar o comprometimento com e o apoio às políticas da ditadura tende a ser elidido, como fica evidente ao nos debruçarmos sobre o que foi esquecido: a revista *ESCOLA*. Esta, desde a sua primeira edição, mostra-se um porta-voz da reforma de ensino instituída pela lei n. 5.692/71.

A serviço da reforma

No primeiro número, denominado “zero” e considerado de caráter experimental, a revista é apresentada, em uma carta dirigida ao professor e assinada pelo próprio Victor Civita, como mais um empreendimento da editora para contribuir com o “desenvolvimento do país” e com o “esforço nacional no sentido da difusão do conhecimento, através de suas numerosas revistas e fascículos” e prestar serviço ao “homem brasileiro”. Identificando-se como “pioneira”, lembra ao leitor que coloca nas bancas de jornal de todo o país “milhões” de exemplares de “publicações culturais que de outra forma ficariam circunscritos a bibliotecas ou livros pouco acessíveis à maioria da população”. É com essa legitimidade, conquistada pelos “benefícios” oferecidos à “comunidade”, que a editora Abril se propõe a lançar a revista *ESCOLA*.

Segundo a apresentação, essa publicação seria uma “homenagem ao professor”, porque “pensada” para ele. Nessa mesma passagem opera-se ainda com a identificação entre os interesses do professor e da editora de difundir a educação. E mais adiante se afirma que a revista

ESCOLA é “instrumento de diálogo e cooperação com o professor de 1º grau, em benefício do ensino e da educação no Brasil”. A decisão de se voltar a esse público também é explicitada:

Por que o ensino de 1º grau? Porque é nesse setor que se localizam os maiores problemas do ensino; porque é nesse setor que uma publicação pedagógica pode ser útil ao maior número daqueles que têm a responsabilidade de ensinar e, finalmente, porque reside na implantação e no aperfeiçoamento do ensino de 1º grau a esperança do êxito do gigantesco esforço desenvolvido pelo governo federal e pelos Estados no sentido de dar ao país o ensino adequado às suas necessidades presentes e futuras.

Professores, governo federal e governos estaduais são descritos como o público destinatário da nova publicação que vem para auxiliar na resolução dos problemas inerentes ao aperfeiçoamento do ensino de 1º Grau. Desse modo, explicitam-se as estratégias editorial e cultural que dariam vida ao novo periódico e também se demarca o mercado e a função do mesmo. Tal posição é reforçada pela descrição que faz do momento histórico em que o impresso é lançado e da posição em que a revista é colocada em função dele:

A revista ESCOLA chega junto com a reforma de ensino e desde já, entusiasticamente, se coloca a serviço dela. Como diz um dos nossos colaboradores, neste número, trata-se de algo mais que uma reforma: é uma nova concepção da escola e do ensino.

Se a reforma produz uma nova escola e um novo ensino, a revista deve ser, para se “colocar a serviço dela”, para alcançar a mesma estatura e ficar no mesmo registro, um impresso pedagógico inaugural. Nos marcos do novo, a fórmula editorial é assim descrita:

Acreditamos que pela primeira vez, no Brasil, seja feita uma revista pedagógica com os recursos do jornalismo ou, em outras palavras, com a forma jornalística a serviço do conteúdo pedagógico. É o meio de torná-la não só mais atraente, como de aproveitar os recursos da comunicação num setor que se tem caracterizado pelo mais insistente arcaísmo.

Atrelada às inovações históricas implementadas no campo da educação, a nova revista varreria o arcaísmo da imprensa pedagógica, substituindo-lhe a linguagem tradicional pelos “recursos da comunicação”, transformando o enfadonho em atraente. O governo entraria com as novas concepções educacionais, por meio de sua política inovadora, e a editora Abril com o domínio dos recursos da comunicação, sua especialidade, para inaugurar “uma das mais audaciosas fases de toda a história do ensino no Brasil”.

As representações do lugar da revista no campo educacional e na frente de inovação da escola, apresentadas por Civita, são ainda explicitadas na propaganda da própria revista, estrategicamente alocada entre os artigos (ou a quase totalidade deles, para sermos mais precisos) e o início das seções fixas, no caso do número zero. A propaganda ocupa página dupla, com um texto e uma foto do rosto de uma jovem mulher com um leve sorriso ocupando uma página inteira. A mulher dirige seu olhar ao leitor, com seus óculos um pouco abaixados, como quem procura o olho no olho:



Com esse olhar então, a professora-leitora é assim interpelada: “Professora, desculpe se ESCOLA chegou um pouquinho atrasada” - um enunciado escrito em letras maiores e estendido nas duas páginas, na parte superior. A professora-leitora é interpelada por esse enunciado que parte, poderíamos supor, daquela jovem mulher. Esta, entretanto, também parece afigurar a própria professora que atende ao chamado da revista, para ouvir o que ela tem a dizer. A professora então parece estar em dois lugares ao mesmo tempo: do lado do leitor, como professora-leitora, e na própria revista, como se ela fizesse parte da mesma. À maneira de um jogo de espelhos, a professora-leitora olha na *ESCOLA* para si mesma. A revista está no lugar da professora que, por sua vez, está na *ESCOLA*. E mais: a revista é da professora, conforme destaca o texto da propaganda:

Há muito tempo que o professor brasileiro precisava de uma revista como Escola.

Mas, como todos os grandes empreendimentos, este não foi fácil.

Exigiu tempo, talento e gente capaz.

Foram necessários dois anos para que o projeto Escola chegasse ao zero que você tem na mão.

E agora você sabe que Escola é isto: uma ponte permanente de comunicação entre todos os professores brasileiros.

Especialmente aqueles que lecionam no 1º grau.

Você ficará sabendo o que os outros professores estão fazendo, suas experiências bem sucedidas, novas técnicas de ensino, tudo o que é importante dentro de uma escola [...].

Afinal, Escola é sua e deve ser como você quer.

A forte identificação que a revista procura criar com o professor, ao dizer, sobretudo, que “Escola é sua”, é reiterada no próprio nome dessa publicação, complementado nas capas por este enunciado: *para professores* - um enunciado escrito em letras menores. Sem contar o fato de que o número zero é lançado numa data que homenageia o professor, de acordo com o que sugere a mesma propaganda: “No dia do professor, 15 de outubro de 1971, Escola está pronta para ele”. Essa identificação se prolonga e amplia por meio do dispositivo tipográfico que consiste em

utilizar alternadamente o significante escola em caixa alta e caixa baixa (*ESCOLA* e escola), de modo que sutilmente o leitor é levado a identificar a revista com a instituição escola. Aqui é repostado, de uma outra forma, o jogo de espelhos que faz com que a revista ocupe o lugar que é o do professor-leitor.

A relação com a reforma definida na lei n. 5.692/71¹⁴ é aludida pela proximidade entre o início da gestação da reforma e da revista. Enquanto o grupo de trabalho que instituiu a primeira começou a funcionar em maio de 1970, a revista teria iniciado seus trabalhos dois anos antes de seu lançamento, no final de 1969. A editora Abril, desse modo, colocava-se em sintonia com as mudanças decretadas na educação com a Constituição de 1967: a escola de oito anos, por exemplo.

Ao mesmo tempo, representa a si mesma como um marco na vida do professor brasileiro ao responder aos seus anseios: estabelecendo uma ponte de comunicação entre todos os professores do território nacional, já que investe na apresentação de suas experiências bem sucedidas, na apresentação de técnicas de ensino e no que é importante para a escola.

Nessa propaganda, com o slogan “O professor brasileiro precisa de ESCOLA”, a revista coloca-se no lugar de um saber imprescindível para o professor e para a implantação da reforma. Ao professor em exercício explica-lhe seu próprio *metier*, ou melhor, um novo *metier*, fundado nas prescrições da reforma. Mas esse lugar é constituído pela identidade que estabelece com o próprio leitor-professor, mobilizado pelas importantes transformações em curso e que delas pode participar graças à *ESCOLA*, que articula suas experiências e as faz circular; apresenta informações da reforma e da escola para bem resolver seus problemas. Esse passa a ser o mote de propaganda da revista para a ampliação de seu público leitor, o público dos professores do 1º grau.

¹⁴ O grupo de trabalho que produziu a lei n. 5.692/71 foi instituído pelo decreto n. 66.600, de 20 de maio de 1970. O grupo foi composto por José de Vasconcelos, na presidência; Valnir Chagas como relator; com o auxílio dos membros Aderbal Jurema, Clélia de Freitas Capanema, Eurídes Brito da Silva, Geraldo Bastos Silva, Gildásio Amado, Magda Soares Guimarães e Nise Pires.

Essa operação discursiva parece fundamental à medida que a revista, ao reforçar a sua destinação, suspende as diferenças de identidade entre dois corpos docentes que, desde o início da República, constituíram-se separadamente: o do professor primário e o do professor secundário. A distinção entre os dois corpos docentes, que se fez desde as tradições de formação até a hierarquia de salários, sempre esteve inscrita no próprio perfil dos periódicos a eles destinados, que procuravam apresentar as questões específicas dos diferentes níveis de ensino, assim como contemplar as competências de leitura concernentes aos dois corpos. Esse é o caso das revistas *Atualidades Pedagógicas*, *Educação Hoje* e *Revista do Magistério*: voltadas para o secundário e o normal, portanto para os professores dos ginásios e colégios. Também é o caso, entre outras, da *Revista do Ensino* e da *Revista do Magistério*, para os docentes do primário.

A escola primária até então era a única pela qual passava a maioria dos brasileiros escolarizados. Como escola terminal, muito de seu currículo e objetivos estavam inscritos nesse fim, sendo a preparação para o secundário só uma possibilidade. Já o ensino secundário era entendido como destinado à formação das elites. Seu ponto de partida se dava com a seleção estrita dos capazes a freqüentar o curso e preparava para o ensino superior. Para a escola primária, os professores eram formados nos cursos normais ou nos cursos de Pedagogia, ministrados nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Já os professores do ginásio, ou colegiais, deveriam, obrigatoriamente, ter formação nos cursos de licenciatura, ministrados nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. A lei n. 4.024/61 reforçou as diferenças de formação na medida em que, para o curso primário, os docentes poderiam ser formados pelas escolas normais ginasiais ou normais colegiais. O ensino superior ficou destinado para os docentes que atuariam nas escolas ginasiais, normais e técnicas, e nos colegiais.

O novo *metier*, portanto, passa pela invenção de uma escola única, com um corpo único de professores destinados a ela. O fim da separação

entre primário e ginásio, com o fim dos exames de admissão, transforma radicalmente a dinâmica entre os níveis de formação e as funções atribuídas a eles. A escola primária é convertida, com a lei n. 5.692/71, no primeiro ciclo de formação do aluno de 1º grau, enquanto o ginásio é convertido no seu 2º ciclo. Os ciclos deveriam, então, articular-se de modo que o primeiro preparasse os alunos para o segundo. Essa articulação colocava para os professores problemas comuns e explicitava, na prática, as diferenças entre as duas escolas, as diferenças entre as duas tradições, seja no modo de lidar com os alunos, seja no modo de trabalhar os currículos, exames e exigências. Mesmo mantendo a formação diferenciada entre os docentes que atuavam no 1º ciclo e os que atuavam no 2º ciclo¹⁵, a nova escola de 8 anos precisaria constituir um corpo comum de docentes, acomodando as diferenças. A revista *ESCOLA*, portanto, coloca-se como instrumento inovador que permitiria a construção desta escola cuja tradição ainda deveria ser instituída.

Essa operação de unificação do mercado leitor na identidade do professor é reforçada pelo repetido vínculo que a revista estabelece entre as transformações em curso que ela própria impulsiona e o seu caráter nacional, brasileiro, ligadas, portanto, à identidade de ser brasileiro, de ser um professor brasileiro. O discurso da revista investe, assim, nos mesmos termos propostos para a veiculação do ideário do regime militar.

Enfim, *ESCOLA* e reforma confundem-se no mesmo lugar. A revista já é a Reforma, a começar pela linguagem, pois não mais se trata do ensino primário ou do ensino secundário, agora é 1º grau. A revista inauguraria um novo público, unificando leitores pertencentes a tradições e comunidades de leituras distintas¹⁶. Esse público, já no exemplar

¹⁵ A nova lei previa que a formação dos professores de primeiro ciclo poderia se dar nas escolas de magistério de segundo grau, ou no ensino superior, em duas modalidades: licenciatura curta ou licenciatura plena. Já para o segundo ciclo, a formação deveria ser feita no ensino superior, nas duas modalidades: licenciatura curta ou plena.

¹⁶ É interessante notar que, no relatório do grupo de trabalho que elaborou a lei n. 5.692/71, falava-se na necessidade de formação de 200 mil novos professores, além da preparação dos que estavam em atuação. Um mercado potencial bastante interessante para a editora Abril. Agradecemos a Sandra Frankfurt, por ter disponibilizado as análises ainda em andamento do material dos relatórios de produção da lei n. 5.692/71.

número zero, é introduzido na “reforma do ensino” no primeiro artigo, intitulado desse modo. Na capa dessa edição há também esta chamada: “a nova lei do ensino explicada”. Desse modo, a professora-leitora encontrará na *ESCOLA*, na edição inaugural, quando a revista ainda não está “inteiramente pronta”, informações necessárias para se engajar na reforma. Nesta, a bem da verdade, já foi engajada e implicada em razão da confluência que a revista produz, ao reunir no mesmo lugar estes significantes: professor, reforma e *ESCOLA*. Esses significantes definem, precisamente, os contornos do lugar onde a revista nasce.

A fórmula editorial da revista *ESCOLA*

A fórmula editorial segue algumas diretrizes: o atrelamento da revista à reforma proposta pela lei n. 5.692/71, como suporte de sua difusão, por meio da divulgação de sua estrutura legal, dos discursos e opiniões de seus produtores e das bases teórico-práticas de sua implantação, assim como do debate em torno dela; a adaptação da linguagem pedagógica à linguagem jornalística; a seleção de experiências de ensino-aprendizagem bem sucedidas; a centralidade do discurso sobre a figura do professor e o seu trabalho em sala de aula¹⁷.

A linguagem jornalística, que a revista destaca como sendo um grande diferencial em relação a outros periódicos educacionais, implica uma operação fundamental: a transformação da pedagogia em notícia. Notícias sobre a reforma e a sua implantação no país, notícias sobre o ato pedagógico em sala de aula, notícias sobre os problemas enfrentados pelo professor. A pedagogia converte-se em crônica do tempo presente. Nela, os seus personagens são professores, alunos, diretores, supervisores, entre outros; sem contar as autoridades do presente. O discurso da tradição pedagógica, de seus intelectuais, tende a ser substituído por estas autoridades: os “cardeais da educação”, os cardeais

¹⁷ Essa observação é fruto de pesquisa inicial e pode sofrer revisões. De qualquer modo, coincide com a análise de conteúdo apresentada no artigo de Rosenberg e outros (1979, p. 61), no qual se destaca a alta porcentagem de artigos da revista *ESCOLA*, cujo assunto principal é “instrumentação metodológica”, referida ao professor em exercício.

da reforma e os especialistas que a revista mobiliza (*ESCOLA*, 1973, n. 16, p. 8).

O presente, definido pelos cardeais, fornece assim o enquadre do discurso pedagógico da *ESCOLA*. Essa crônica do tempo presente também opera com termos-chave do discurso pedagógico instituído pela tradição, mobilizando-os em seus enunciados, porém, deslocando os sentidos. Por exemplo, o significante “cardeais da educação”, até então utilizado na história da educação e no discurso pedagógico por ela concernido para designar os três ícones da difusão da Escola Nova, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira, e destacar suas ações reformadoras, entendidas como marcos de mudança dessa história, é reapropriado nos usos do periódico, estabelecendo-se novos significados para o mesmo por meio da sua inserção numa outra série significativa: no lugar dos “pioneiros” entram, entre outros, Valnir Chagas e padre Vasconcelos, que escreveram a lei e, como conselheiros do Conselho Federal da Educação, a implantam.

Esses novos significados redesenham o passado, apagando marcos e personagens, assim como os modelos de leitura e de formação do professor-leitor estabelecidos na tradição do discurso pedagógico: no lugar de, por meio de coleções de livros e periódicos especializados, formar o professor nas Ciências da Educação, orientadoras de sua nova prática, opta-se pela *pedagogia do acontecimento* modelada pelo discurso jornalístico.

A linguagem jornalística implica também critérios de produção das matérias. Alguns correspondem ao que na época eram evidenciados, por exemplo, no manual intitulado *Técnica de jornal e periódico* (1969, p. 60-1), de Luiz Amaral. Entre outros aspectos, ele destaca: atualidade, veracidade e interesse humano.

A reforma, no caso, é um apelo ao leitor para ele se manter atualizado diante do que deverá incidir diretamente sobre a sua atuação. “Diversidade do ensino, habilitação profissional do aluno, terminalidade, treinamento de professores, obrigatoriedade de oito anos. Como fazer

tudo isso?”. Essa é a pergunta do texto introdutório no primeiro artigo da revista. E a resposta é dada por “aqueles que têm a responsabilidade de implantar a reforma do ensino”. *ESCOLA* oferece nessa matéria “algumas opiniões importantes sobre esses problemas. Colhidos em várias regiões, formulados em diferentes níveis, tais depoimentos contribuem para esclarecer ou suscitar problemas.”¹⁸ Esse é apenas um exemplo da sintonia com o atual que a revista procura e promete para o seu leitor.

A sensação de veracidade é criada por um conjunto de dispositivos, tais como: o anonimato das matérias¹⁹, que cria a impressão de neutralidade e de relação direta com os que participam como professores, diretores, autoridades de ensino, cujas falas e comentários vez por outra aparecem de forma direta e destacadas por meio de aspas; uso abundante de fotografias, que atestam as informações descritas ou apresentam as personagens nomeadas.

Em relação ao terceiro aspecto, Amaral (1969, p. 61) destaca que

é preciso que a notícia fale ao leitor, que prenda sua atenção. Em seu conjunto, os homens só se interessam por eles mesmos e, portanto, a matéria tem de conter algo que lhes diga respeito. É lógica a conclusão de que um acontecimento nos retém tanto mais quanto, de uma forma ou de outra, tivermos a impressão de que dele estamos participando, e isso se chama identificação.

O interesse humano se explicita, poder-se-ia dizer, pela constante presença do leitor em suas páginas, pois o seu foco é o professor e a sala de aula, os alunos e as questões que o preocupam. Cria-se assim, como já foi evidenciado na análise da propaganda da revista, uma forte identidade entre o leitor e o impresso.

Essa linguagem jornalística também implica no uso de determinados dispositivos de leitura que servem de apoio ao leitor, orientando-o, mas também controlando e dirigindo o seu olhar nas matérias em que ele se detém. Esses dispositivos são indissociáveis dos dispositivos tipográficos,

¹⁸ Cf. *ESCOLA*, n. 0, out./71, p. 4.

¹⁹ Só há autoria nos editoriais e nos números especiais, como na revista *ESCOLA* n. 5.

como é o caso dos títulos e subtítulos colocados em diferentes posições na página (subtítulo ao lado do título, embaixo, acima); uso de pequenos textos introdutórios à maneira de um *lead* que resumem a matéria e são destacados em negrito, com a letra um pouco maior que a utilizada no corpo da matéria e dispostos muitas vezes como se fosse o seu primeiro parágrafo; utilização de boxes, nos quais determinado tema de uma matéria é destacado; uso de letras de diferentes tamanhos e tipos; fotos que abrem a matéria, com o título colocado logo abaixo; uso de imagens diversas (fotos, desenhos), de diferentes tamanhos, preto e branco ou a cores, nas mais variadas posições, com e sem legenda.

É utilizado ainda um dispositivo para os títulos que consiste em um ou mais enunciados colocados na parte superior da página que abre a matéria e que a resumem, sendo o título apenas uma parte desses enunciados ou um deles, que se destaca porque está em caixa alta e letras maiores. Na fórmula editorial adotada, esse dispositivo parece ser central porque organiza a leitura resumindo-a em enunciados ou em uma questão. O título, com os enunciados dos quais faz parte, articula-se com o texto em negrito que introduz a matéria e que se assemelha a um *lead*. Com freqüência, há também uma foto-temática escolhida para a abertura dos artigos. Na revista *ESCOLA* n. 9 (novembro de 1972, p. 14), por exemplo, há um título em caixa alta que faz parte deste enunciado: “Corrigindo uma experiência com ‘classes de recuperação’ - Salvador pesquisa evasão e repetência”. Eis o *lead* em negrito:

Se o problema da evasão e da repetência está diretamente ligado à classe social dos alunos, isso não significa que não possam ser tomadas medidas que, dentro dessa realidade, amenizem ou resolvam o problema. Isso está sendo provado em Salvador. Durante quatro anos, quinze escolas dos cinco primeiros anos do primeiro grau, da zona urbana da capital baiana, localizadas em bairros sócio-economicamente diversificados, servem de universo para uma experiência de currículo. O objetivo é descobrir quais as melhores técnicas para reduzir sensivelmente a evasão e a repetência.

Outro dispositivo de leitura é o que corresponde à divisão da revista em seções fixas, além das matérias de determinada edição. Nos 27 números observa-se um mínimo de três seções e um máximo de seis. As seções criam uma relação de familiaridade com o leitor, que em toda nova edição pode reencontrá-las, como é o caso das seções “Cartas”, “Livros”, “O professor e a lei”, “Fichário do professor”. Há também temas que são mantidos durante algumas edições e que a revista antecipa ao leitor. Esse é o caso, por exemplo, da série de reportagens sobre a situação do ensino no Brasil, em diferentes regiões.²⁰

Outra estratégia é a dos encartes. O primeiro deles é *O livro da reforma*, cujo primeiro capítulo é assinado pelo Valnir Chagas, que era o relator do grupo de trabalho que produziu a lei n. 5.692/71.²¹ Essas estratégias editoriais também correspondem ao que o manual de Amaral (idem, p. 68-9) destaca, quando se refere ao mecanismo do *suíte*, que “é a seqüência que se dá a uma matéria, a um assunto, às edições posteriores à divulgação do fato inicial”. Esse mecanismo ainda pode ser observado nos editoriais, assinados pelo diretor de redação Vladimir Araújo.²² Neles, às vezes, temas das edições anteriores são lembrados e vinculados a assuntos e matérias do número apresentado no editorial ou de números futuros.

Uma rápida observação das capas, com amplo predomínio de imagens, uso de manchetes e chamadas para outras matérias, situam essa publicação no registro das revistas comerciais da época, em particular as da editora Abril. No interior da revista, percebe-se também a utilização dos mesmos dispositivos tipográficos e de leitura, além da presença de propaganda de anunciantes diversos (IBM, Alpargatas, Melhoramentos, Shell). Essa proximidade com as revistas comerciais, do ponto de vista da sua materialidade e da linguagem empregada, coloca a

²⁰ A primeira dessa série de reportagens sobre a situação do ensino é sobre a região Sul, na edição de outubro de 1972, e se estende por mais quatro números.

²¹ Os encartes do *Livro da reforma* que foram encontrados na pesquisa realizada na revista *ESCOLA* foram assinados por membros do grupo de trabalho que produziu a lei n. 5.692/71.

²² Araújo se manteve do número zero ao número 20, quando foi substituído por Chico Santa Rita.

revista *ESCOLA* em claro contraste com periódicos educacionais da década de 1970, como é o caso de *Educação Hoje*, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* e *Didata*, que são as publicações consideradas em pesquisa comparativa feita nessa década pela equipe já mencionada da Fundação Carlos Chagas (Rosenberg et al, 1979).

A começar pelo tamanho, quase o dobro no caso da revista *ESCOLA* e se assemelhando mesmo a uma revista comercial, ao contrário daqueles periódicos, cujo formato os aproxima do livro e pela presença abundante de imagens no caso da revista da editora Abril. Esses dois aspectos já colocam o leitor, sem que necessariamente se aperceba disso, no circuito das revistas comerciais e de determinadas práticas de leitura, próprias dos momentos de lazer e menos comprometidas com exigências laborais.

Leituras entrecortadas por subtítulos, boxes e imagens que permitem ao leitor saltar de uma parte a outra do texto orientado por esses e outros dispositivos de apoio à leitura. São dispositivos que incitam uma leitura exploratória, ágil e rápida, por isso mesmo não exaustiva, em textos que procuram diminuir, ao que parece, a aridez do tratamento de determinados temas, própria de boa parte da tradição dos periódicos dirigidos ao professor primário e secundário.

Além disso, as questões ditas teóricas do discurso educacional, que poderiam ser de interesse do professor-leitor - e o foram na tradição discursiva da formação pedagógica instaurada pela Escola Nova - são apresentadas por meio de entrevistas com especialistas ou crônicas sobre as atividades escolares. O que é abstrato, o que não pode ser exemplificado, tende a ser proscrito na linguagem jornalística e, por conseguinte, da fórmula editorial da revista.

Nos editoriais, constantes até o n. 19, de setembro de 1973, costuma-se aludir ao que é destacado nas capas, aos conteúdos das matérias dispostas no número e a uma avaliação do que é a implantação da reforma. O editorial articula-se aos enunciados dos títulos das

matérias, assim como aos textos introdutórios que as resumem, ordenando as práticas de leitura esperadas para o periódico.

A revista *ESCOLA*, apesar da sua tentativa de se atrelar às políticas educacionais do regime militar e de procurar se adaptar ao seu público, foi um fracasso do ponto de vista comercial e de seu impacto no campo educacional. Os dados disponíveis atestam esse fato: a tiragem inicial era de 67 mil exemplares, seu último número foi editado com tiragem de 25 mil exemplares (Rosenberg et al, 1979, p. 60).

A própria carta do diretor de redação, quando do encerramento do periódico, em abril de 1974, afirma: “Ao suspendermos a publicação da revista *ESCOLA*, temos a mesma sensação frustrante do mestre que não conseguiu dar uma determinada aula por lhe faltarem os materiais necessários. No nosso caso, essa interrupção é causada de um lado pelo violento aumento de custo do papel, decorrente da crise mundial de matérias primas, e de outro, pela necessidade de redefinirmos os objetivos e a política editorial da revista”.

Para este estudo inicial da revista *ESCOLA*, várias questões sobre a sua trajetória e fracasso podem ser formuladas, tendo em vista a própria avaliação que o editor da revista faz a respeito de seus objetivos e da sua política editorial: como a revista foi recebida pelos professores do primário e do ginásio cujas práticas de leitura concerniam a outras tradições, que discriminavam claramente esses dois níveis e remetiam a fazeres profissionais específicos? O fracasso do periódico remeteria a uma resistência dos professores à própria reforma divulgada e impulsionada pela revista, com tudo o que ela implicava, como a unificação dos níveis e de tradições distintas e a abertura da escola pública, em especial o ginásio, para alunos de setores sociais que até então estiveram fora dela? A rejeição seria às novas práticas de leitura instituídas com essa fórmula editorial, com nítido perfil de revista comercial e que embaralhava fronteiras, assim apagando distinções e hierarquias que os periódicos destinados ao professor demarcavam?

Referências

AMARAL, Luis. *Técnica de jornal e periódico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

BERNARDES, Vânia A. M. *História e memória da alfabetização: análise dos processos de elaboração do Programa Alfa*. São Paulo: PUCSP, 1999. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CARVALHO, Marta M. C. *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: São Francisco, 2003.

CARVALHO, Marta M. C; TOLEDO, Maria Rita. Os sentidos da forma: análise material das coleções de Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. In: OLIVEIRA, Marcus A. T. *Cinco estudos em história e historiografia da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CERTEAU, Michel. *L'invention du quotidien*. 1. Arts de faire. Paris: Gallimard, 1990.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1990.

ESCOLA. N. 0 a 27. São Paulo: Abril, 1971-1974.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 2005.

JANUZZI, Gilberta S. M. *Confronto pedagógico: Paulo Freire e o Mobral*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

REVAH, Daniel (2004). *Construtivismo: uma palavra no circuito do desejo*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ROSENBERG, Lia et al. Publicações para professor: um estudo de caso. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: FCG, n. 30, 1979, p. 57-64.

Sítios da internet:

<http://www.centenariovictorcivita.com.br>.

<http://www.abril.com.br/institucional/50anos/educacao.html>.

<http://revistaescola.abril.com.br/fvc>.

DANIEL REVAH é professor adjunto do curso de Pedagogia da Unifesp (campus Guarulhos); doutor em Educação; pesquisador do Grupo de Pesquisa História Cultural da Escola e dos Saberes Pedagógicos: impressos e modelos culturais e do Centro de Estudos Avançados sobre a Educação Pública - Ceasep. Desenvolve pesquisas nos campos da filosofia da educação, história da educação e psicanálise, com foco nos discursos educacionais.

Endereço: rua Professor Basileu Garcia, 95 - Pinheiros - 05410-060 - São Paulo - SP.

E-mail revah@uol.com.br.

MARIA RITA DE ALMEIDA TOLEDO é professora adjunta no curso de História da Unifesp (campus Guarulhos); doutora em Educação: História, Política, Sociedade; coordenadora do grupo de pesquisa História Cultural da Escola e dos Saberes Pedagógicos: impressos e modelos culturais; desenvolve suas pesquisas nos campos da história da educação e da história do livro e da leitura.

Endereço: rua Búlgara, 204 - Vila Ipojuca - 05057-060 - São Paulo - SP.

E-mail m.rita.toledo@uol.com.br.

Recebido em 17 de agosto de 2010.

Aprovado em 22 de janeiro de 2011.